

# galáxia

Galáxia

E-ISSN: 1982-2553

aidarprado@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica de São  
Paulo  
Brasil

Peres, Ana Cláudia

Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas

Galáxia, núm. 31, abril, 2016, pp. 92-104

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399644774007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas<sup>1</sup>

Ana Cláudia Peres

**Resumo:** Em sua dimensão contemporânea, o testemunho assume lugar central para as narrativas midiáticas, particularmente para o jornalismo. Este artigo propõe uma discussão em torno da narrativa de teor testemunhal em relatos jornalísticos que se insurgem pelo viés da subjetividade e dos afetos, contrariando a lógica de uma imprensa hegemônica pautada pela objetividade. Toma como ponto de partida uma reportagem onde a jornalista testemunha a morte da sua entrevistada. Essa narrativa nos permite elaborar pistas para pensar acerca do papel do testemunho e seus limites, reconhecendo que, quando valorizado no percurso da narrativa não apenas como procedimento de uma rotina jornalística mas enquanto experiência vivida e narrada, pode oferecer uma chave para colocar sujeitos em relação.

**Palavras-chave:** narrativas jornalísticas; testemunho; real; morte.

**Abstract:** *Narrating the other: notes about the centrality of testimony to the journalistic narratives* - In its contemporary dimension, the testimony assumes a central place for media narratives, particularly for journalism. This paper proposes a discussion about the testimonial narrative in journalistic accounts that emerges from the perspective of subjectivity and affections, against the hegemonic logic of a kind of media marked by objectivity. Its starting point is an article where a journalist witnesses the death of his interviewee. This sort of narrative allows us to elaborate clues to think the role of testimonies and its limits, recognizing that, if considered in the narrative flow, not only as a journalistic routine procedure but also as a lived, narrated experience, it could offer a key to putting individuals into a relationship.

**Keywords:** journalistic narratives; testimony; realness; death.

“Narrei ao senhor. No que narrei, o senhor talvez até ache, mais do que eu, a minha verdade”.  
(Guimarães Rosa)

<sup>1</sup> Uma versão deste artigo foi apresentada no GT Estudos de Jornalismo do XXIII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal do Pará, Belém, em maio de 2014.

## Apontamentos iniciais

Em uma reportagem da revista *Época* publicada em agosto de 2008, a jornalista Eliane Brum apresenta aos leitores “A mulher que alimentava”. Trata-se de Ailce Oliveira Sousa, uma merendeira de escola, 66 anos, que enfrenta um câncer em estágio avançado. Pela narrativa, o leitor descobrirá em breve que a repórter é alguém que vai acompanhar Ailce em sua doença incurável até o fim. Um pacto ocorre entre duas narradoras: a primeira (a paciente) deixaria a outra (a repórter) testemunhar a sua morte. De outra parte, caberia à repórter dar vida à paciente através das palavras.

O exemplo nos serve de guia para problematizar o estatuto do testemunho e o lugar central que ocupa nas narrativas midiáticas hoje, um mundo tomado pelas novas tecnologias e pelo excesso de informação que, ao mesmo tempo em que atualiza, ofusca o espectador. Neste artigo, pretende-se analisar o papel do testemunho e seus limites enquanto relato pessoal elaborado a partir de uma vivência singular, subjetiva, numa atividade como o jornalismo, pautada hegemonicamente pelas regras da objetividade.

Ao apresentar o testemunho como uma chave para pensar a relação entre os sujeitos do discurso, este ensaio dialoga diretamente com outros estudos que, no Brasil, vêm tomando corpo na comunicação. Márcio Serelle (2009) esquadrinha uma espécie de guinada subjetiva no jornalismo, a partir do testemunho, e as implicações desse modelo para o campo. Leonardo Rodrigues Lage (2013) alerta para o fato de o testemunho abrir um lugar de perguntas no qual se torna não apenas teoricamente útil para se pensar a comunicabilidade da experiência, mas também culturalmente significativa para uma investigação sobre o jornalismo “que recorrentemente lança mão do testemunho do sofrimento do outro sem se dar conta das implicações éticas dessa prática, tanto para o sofredor quanto para quem o assiste” (RODRIGUES LAGE, 2013, p. 74).

Vale lembrar ainda que, da teologia ao direito, passando pela antropologia, filosofia, literatura e psicologia, o conceito de testemunho tem servido de base para uma reflexão sobre as questões da memória, da ética e da linguagem no contemporâneo (SELLIGMAN-SILVA, 2003; AGAMBEN, 2008; DIDI-HUBERMAN, 2012; SARLO, 2007). De acordo com Selligman-Silva (2003), o termo está relacionado tanto aos relatos do Holocausto (testemunhos da *Shoah*) quanto mais recentemente às narrativas literárias que dizem respeito às ditaduras latinoamericanas (*testimonios*) e abrigam um tipo de escrita que dá a ver o relato dos oprimidos principalmente em um contexto de luta política.

Etimologicamente, em latim, testemunho é representado por dois termos. Pode ser usado tanto no sentido de *superstes* quanto de *testis*. No primeiro caso (*superstes*), é associado a um tipo de discurso dos “sobreviventes”, indivíduos ou grupos sociais que viveram situações de choque e necessitam de espaço para contar a sua experiência. Selligman-Silva (2005) considera o ato de testemunhar uma necessidade absoluta, uma atividade elementar que desencadeia, naqueles que passaram por um grande trauma,

uma “carência absoluta de narrar”. Já enquanto *testis*, testemunho seria o depoimento daquele que se coloca como um terceiro, entre duas partes, podendo ajudar a julgá-las.

Desse modo, pode-se levantar a hipótese de que o jornalismo contém o testemunho em sua dupla face, é tanto *superstes*, em sua tentativa de dizer o indizível, quanto *testis*, no sentido de se portar como um terceiro, transmitindo o relato de um fato ainda que o jornalista não o tenha vivido. Mas há ainda uma terceira via de leitura sobre o testemunho, sugerida por Jeanne Marie Gagnebin (2006) e que interessa particularmente às proposições deste artigo, de que testemunha não é somente aquele vivenciou ou o que viu com seus próprios olhos. De acordo com Gagnebin, testemunha é também “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro” (GAGNEBIN, 2006, p. 57).

Pensando com Gagnebin e trazendo essa provocação para o jornalismo, gostaríamos de propor que é na tessitura da narrativa que essas duas pontas se encontram. E, nesse sentido, parece apropriado pensar o jornalismo também como uma modalidade de testemunho, o que significa ampliar as possibilidades de uma narrativa que não está em busca de uma suposta verdade absoluta e que apenas tangencia uma experiência à medida que parte de um evento narrado.

Para este artigo, partimos do trabalho da jornalista brasileira Eliane Brum<sup>2</sup>, em uma narrativa onde a própria experiência da autora se confunde com o relato dos fatos, para ilustrar nossos argumentos sobre a centralidade do testemunho como vestígio de uma guinada afetiva no jornalismo. Foram 115 dias que tiveram início com o primeiro contato entre a repórter e a entrevistada, no dia 26 de março de 2008, e prosseguiram por quase quatro meses até a morte da personagem, em 18 de julho. A análise aqui empreendida pretende-se menos presa à problemática da autoria no campo da comunicação ou mesmo às questões das rotinas jornalísticas. Interessa-nos particularmente um olhar sobre as narrativas que rompem com as bordas do discurso rígido, ampliam o jornalismo e dão a ver a cena que existe para além do texto visível e do lugar comum, subvertendo o espaço organizado do jornalismo em direção aquilo que é desvio.

Propomos aqui, portanto, algumas pistas para investigar: 1) Até que ponto o jornalismo é, também, testemunho?; e 2) Em que medida o testemunho – quando valorizado não apenas como mero procedimento técnico, mas como experiência vivenciada e posteriormente construída durante o percurso do relato – seria capaz de produzir um envolvimento emocional entre quem produz e quem recebe o discurso?

## Pista 1: jornalismo é rastro

Antes de prosseguir com as questões que nos motivam no escopo deste artigo, permita-nos uma breve digressão sobre a figura do narrador no jornalismo por considerá-la

<sup>2</sup> Eliane Brum é uma jornalista brasileira que escreveu para a revista *Época* até 2010. “A mulher que alimentava” foi publicada em agosto de 2008 e integra ainda o livro “O olho da rua” que reúne 10 reportagens da autora.

intrinsecamente ligada às noções de testemunho. Se, no início do período moderno, Walter Benjamin (1994) decretou que a arte de narrar estava em vias de extinção, é oportuno retomar a discussão num momento em que as novas tecnologias alteram formas e locais de encontro e modificam, uma vez mais, as narrativas. Com a aceleração da técnica, o filósofo chamava a atenção para o fato de nos ser tirada a possibilidade de transmitir experiência ao modo tradicional onde o narrador era visto como um homem que sabia dar conselhos. Dizia o filósofo:

[...] se “dar conselhos” parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis. Em consequência, não podemos dar conselhos nem a nós mesmos nem aos outros. Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão, é necessário primeiro saber narrar a história (1994, p. 200).

Para Walter Benjamin, a experiência era a fonte da narrativa tradicional. Mas com as transformações históricas surgidas com a modernidade e a perda do sentido de comunidade, o modelo tradicional de narrar acabou. Uma vez negada a possibilidade de intercambiar experiências, não seria mais possível narrar da forma como se concebia até então. Assim, o autor apontava primeiro o romance e depois – e mais ainda – a informação como os responsáveis pela morte da narrativa. E atribuía ao surgimento da imprensa o destaque dado a uma forma de comunicação que era ameaçadora por já apresentar os fatos carregados de explicação.

No entanto, é preciso ter em mente que esse é o pensamento que Walter Benjamin dirige ao jornalismo que só se considera legítimo se posto a serviço da informação pura e para o qual interessa o fato em si. Há que se concordar com o autor quando diz que a informação jornalística rápida, efêmera e factual não combinaria em nada com as estruturas lentas e duradouras da narração tradicional. Descartável, tal informação permanece apenas o tempo de ser substituída por outra informação e mais outra e assim sucessivamente, tirando do leitor a possibilidade de ler nas entrelinhas, de apreender o que não está dito.

Por outro lado, seria reducionista afirmar que Benjamin estivesse apenas a lamentar o fim da narrativa tradicional. Naqueles anos 40, quando o texto foi escrito, o autor indicava outros caminhos possíveis para a narrativa que pudessem ser trilhados a partir dos restos e das sobras. Como disse Jeanne Marie Gagnebin (1992) sobre Benjamin, seriam justamente os “cacos”, as “migalhas”, a capacidade de narrar a partir dos vestígios, que permitiriam ao homem uma alternativa ao fim das grandes narrativas.

Eis a descoberta. Os rastros, a descrição das circunstâncias, os detalhes, as pequenas coisas aparentemente desimportantes, uma certa “significação do insignificante” estão presentes na história do narrador e de muitas maneiras na coisa narrada e aí residiria a potência narrativa, inclusive no jornalismo. Na reportagem que nos serve de análise, são as pegadas deixadas pela repórter/narradora que avançam um passo além

da informação para envolver o leitor numa teia capaz de desencadear algo para além da indiferença ou do choque, favorecendo um jornalismo menos autoritário e mais dialógico.

Durante os quase quatro meses em que acompanhou a merendeira portadora de câncer para a reportagem “A mulher que alimentava”, Eliane Brum testemunha – de forma deliberada e não por acidente – o fim de uma vida. Durante o percurso, é dada ao leitor a possibilidade de conhecer a personagem Ailce por inúmeras marcas discursivas de teor testemunhal que se revelam ora nas declarações aspeadas ora nas impressões da repórter. Se não seguindo os rastros deixados pela repórter na narrativa, de que outra maneira o leitor saberia que a entrevistada nunca pronuncia, por exemplo, a palavra “câncer” e que repete inúmeras vezes a palavra “liberdade”? É pela narrativa que ficamos sabendo ainda que Ailce é viúva, tem dois filhos, gosta de viajar e de dançar, é vaidosa e que

[...] vai morrer quando perder os saltos sobre os quais se equilibrou mesmo nos declives da vida. Talvez por isso, quando ainda não consegue pronunciar a palavra morte, ela usa a metáfora “cair”. “Eu não vou cair”, ela diz. “Eu não aceito cair”. (Revista Época, 18/08/2008).

## Pista 2: Jornalista é testemunha

Um segundo referencial a respeito do narrador a ser considerado neste artigo diz respeito ao conceito de “narrador pós-moderno”, cunhado por Silviano Santiago (1989). Ao “narrador” de Walter Benjamin – aquele que só narra a partir de sua própria experiência – Santiago contrapõe um outro. O autor sustenta a tese de que há uma forma contemporânea de narrar e situa o jornalista como um “narrador pós-moderno”, aquele que transmite algo ao “narrar a informação” (SANTIAGO, 1989, p. 39).

Perceba-se que as duas coisas não são contraditórias ou excludentes. A esse narrador cabe observar para contar aquilo que viu. Santiago diz: “É como se o narrador exigisse: deixem-me olhar para que você, leitor, também possa ver” (1989, p. 45). Ou seja, de acordo com o autor, nos tempos atuais, a experiência é proporcionada por um olhar lançado a uma vivência alheia a ele e, portanto, um olhar lançado ao outro. Para Santiago,

a figura do narrador passa a ser basicamente a de quem se interessa pelo Outro (e não por si) e se afirma pelo olhar que lança ao seu redor, acompanhando seres, fatos e incidentes (e não por um olhar introspectivo que cata experiências vividas no passado (1989, p. 45).

No jornalismo, uma das maneiras de reconstituir um fato do passado é a partir do testemunho de quem o vivenciou e isso se dá pela técnica da entrevista. Mas, como nos lembra Cremilda Medina (2008), a entrevista pode ser apenas uma técnica eficaz para extrair respostas como num questionário ou, tanto melhor, transformar-se num dispositivo que, na comunicação humana e mais precisamente no jornalismo, é capaz de provocar o diálogo.

Por esse raciocínio, os vestígios para a reconstituição desse real estão nas falas dos entrevistados (ou testemunhos) que nos chegam pela narrativa. E essa narrativa pode ou não prescindir dos códigos da linguagem jornalística tradicional para contar a experiência do outro. Ou seja, nas narrativas jornalísticas legitimadas pelo discurso hegemônico, o Outro é um terceiro: “Fulano disse”, “Sicrano declarou”, é aquele que apenas “conta”, “diz”, “explica”. Nesses casos, não há espaço para alguém que conta a história, e isso é um elemento que atrofia a narrativa.

Por outro lado, há uma maneira diversa de narrar no jornalismo. Fernando Resende (2002) nos oferece uma categoria que ajuda a entender melhor o lugar que o jornalista ocupa no texto, quando narra. Trata-se do “narrador-jornalista”, que se coloca um passo além disso e dar a ver a cena de outros modos, entendendo que a realidade é complexa, feita de texturas, de cheiros, de muitas vozes, de silêncios. Um narrador-jornalista que aparece na cena de forma explícita e incisiva. Um narrador-jornalista que oferece ao leitor outras nuances do real. Como neste outro trecho da reportagem:

Ela está presa, literalmente. Sua vida depende de duas mangueiras fincadas dentro dela. Elas drenam a bile para fora de seu corpo. E desaguam em dois recipientes de plástico que ela carrega numa sacola de supermercado nas andanças pela casa, numa bolsa decorada com as princesas Disney quando passeia. Um dia, um segurança de supermercado olha feio para sua bolsa de bile. Acha que ela está furtando coisas da prateleira. Com vergonha de carregar os líquidos do corpo numa sacola, devagar Ailce vai deixando de sair. Desliga a música dentro de casa. E não dança mais. (Revista Época, 18/08/2008).

Assim, Ailce é testemunha de seu próprio infortúnio, enquanto a jornalista, Eliane, é testemunha da luta da personagem e o leitor vai se tornando também testemunha da dor alheia. Como nos aponta Rodrigues Lage, o testemunho que o jornalismo insiste em nos apresentar faz de nós “testemunhas de outros testemunhos”, transformando o jornalismo numa modalidade de testemunho e “fazendo dos outros, testemunhas submetidas aos regimes jornalísticos do ver e do contar” (RODRIGUES LAGE, 2013, p. 85). Pouco importa se o jornalista estava ou não presente no momento em que se deu o acontecimento, mas o modo como ele o reconstitui. Afinal, o relato não pode ser considerado menos autêntico pelo fato de ocorrer fora da experiência direta, uma vez que “real e autêntico são construções da linguagem” (SANTIAGO, 1989, p. 40).

### **Pista 3: a palavra como ponte**

Todas as questões aqui esboçadas dialogam ainda com uma questão anterior que diz respeito a uma das máximas da prática jornalística, aquela que toma a objetividade como um princípio ordenador e faz crer que as narrativas jornalísticas produzidas com

imparcialidade e técnica são capazes de refletir o real e a verdade absoluta. O conceito de testemunho, no jornalismo, não foge à regra e também costuma estar relacionado, como lembram Casadei e Venâncio (2012), a uma matriz de verdade presumida, o que só reforça o lugar de autoridade desse campo. O repórter seria aquele que testemunha, “que traz a verdade em sua fala porque esteve presente no lugar de ocorrência do fato como um terceiro” (CASADEI; VENÂNCIO, 2012, p. 220).

Ocorre que tal axioma ignora que a simples presença do jornalista na cena já altera a realidade. Assim, “até mesmo o discurso que pretende desvendar a verdade – como é o caso do discurso jornalístico – constrói, ao fazê-lo, a sua própria verdade. E essa verdade é uma entre outras muitas possíveis” (SOARES, 2009, p. 59). Por esse mesmo raciocínio, pode-se dizer que a noção de testemunho objetivo também sucumbe frente ao fato de que o testemunho corresponde a uma experiência vivida e também vem à tona sob a forma de construção de linguagem.

Diferente do que nos querem fazer crer as narrativas jornalísticas hegemônicas presas ao paradigma informacional onde a testemunha possui um lugar pré-determinado, na narrativa em análise, o testemunho não pode ser considerado apenas um registro objetivo de uma experiência (RODRIGUES LAGE, 2013). Em muitas passagens da narrativa, é dada ao leitor a possibilidade de compartilhar o desconforto e as emoções vividas pela repórter. “Acho que a história que você está escrevendo sobre mim está chegando ao fim. O que você acha?”, indaga a personagem, a certa altura, para a repórter. “Não sei”, responde Eliane Brum. “Não sabe?”, retruca Ailce. Ao que a repórter diz: “Acho que não falta mais nada”. Mas ambas sabem que ainda falta a morte.

Concordando com a afirmativa de que tudo que se apresenta no mundo é construído pelo discurso (SOARES, 2009), pode-se dizer que o discurso, inclusive o jornalístico, altera a realidade uma vez que a narrativa inventa o mundo, no sentido de recriá-lo. Para a professora da USP, Rosana de Lima Soares,

a ficção presente no fazer midiático está sendo pensada não no sentido de mentira mas de fabricação e criação e, portanto, trazendo em si a impossibilidade de escapar de seu lado testemunhal, ou seja, profundamente comprometida e imbricada com aquele que fala (2009, p. 82).

Ora, se o acontecimento escapa no momento de sua ocorrência, o relato sobre ele, como nos diz Soares (2009), será sempre “impreciso e fugidio, precário”. Esse seria o grande paradoxo do testemunho: se só é possível narrar recorrendo à imaginação (e isso é até desejável), até que ponto o teor de verdade do testemunho seria contaminado por essa dose de imaginação e ficção? O pesquisador Márcio Selligman-Silva propõe a “imaginação como estratégia para narrar o trauma” (2008, p. 70). De acordo com ele, ao invés de negar ao testemunho a possibilidade de ver na imaginação, deveríamos ver a imaginação como um aliado potente.



Nessa aproximação entre o campo testemunhal e o da imaginação poderia estar a chave para se repensar tanto a literatura quanto o testemunho e como também o registro da escrita autodenominado de sério e representacionista, como é o caso do discurso jurídico. Ao que se pode acrescentar também: do discurso jornalístico. No direito, a imaginação contamina o senso de provas. O jornalismo hegemônico, que está muito preso a esse senso de verdade e à crença de explicar o mundo, também vive esse paradoxo.

Se aceitamos que testemunhos são construções lacunares (AGAMBEN, 2008; SELIGMAN-SILVA, 2010; DIDI-HUBERMAN, 2012), podemos pensar que, somente através dos restos que chegam pelos testemunhos, torna-se possível para o leitor se imaginar como parte da experiência narrada. Por essa perspectiva, usar a imaginação como estratégia ou, por outras palavras, imaginar-se presente no acontecimento não pode ser visto como uma falsificação do estatuto da testemunha. Trata-se, antes, do contrário, uma vez que nenhum testemunho dá a ver a integralidade do acontecimento, não substitui a experiência. Mas todo testemunho é um ponto de contato possível com ela. Segundo Didi-Huberman, “testemunhar é contar *apesar de tudo* o que é *impossível* contar totalmente” (2014, p. 137, grifos do autor).

#### **Pista 4: a consciência da incompletude**

No livro *O que resta de Auschwitz*, Giorgio Agamben (2008) parte das narrativas de Primo Levi sobre a Segunda Guerra Mundial (É isto um homem? e *A Trégua*, por exemplo) para analisar o papel do testemunho como documento histórico e seus limites. Ao procurar entender as dimensões da produção escrita dos sobreviventes do Holocausto, o filósofo acaba gerando um tratado sobre as dificuldades do narrar. Para Agamben, uma vez que está inexoravelmente ligado a uma experiência radical, dar testemunho seria também uma impossibilidade de testemunhar.

Partindo dessa constatação, o filósofo sugere que a possibilidade de narrar carrega ainda a potência do que não é narrável e, sendo assim, “o testemunho vale essencialmente por aquilo que nele falta” (AGAMBEN, 2008, p. 43). Nessa perspectiva, testemunho seria também uma construção de linguagem que se configura na tensão entre o que se pode dizer e aquilo que de fato é dito:

Talvez cada palavra, cada escritura nasce, nesse sentido, como testemunho. E, por isso mesmo, aquilo que dá testemunho não pode ser já língua, já escritura: pode ser somente um não-testemunhado [...]. É sobre a natureza deste não-testemunhado, sobre a não-língua que é preciso interrogar-se. (ibid., p. 47).

Ao analisar a questão dos testemunhos de catástrofes históricas, Márcio Selligman-Silva trata dessa dificuldade de testemunhar e da necessidade absoluta do testemunho. Para ele, a angústia está na base da pulsão testemunhal, o que nos faz lembrar novamente

da narrativa em análise. Aqui, dizer o indizível é difícil tanto para a testemunha-fonte quanto para a testemunha-repórter:

Ailce conta – e imediatamente “esquece” – o diagnóstico. Nas visitas seguintes, ela me testa. “Acho que não tem mais nada dentro de mim”. Ailce deseja muito que eu confirme o seu pensamento mágico. Nessas horas, eu sinto dor na garganta, pelas palavras que não posso pronunciar, mas que gostaria muito de dizer. Incapaz de enfrentar meu silêncio, ela contemporiza: “Ainda bem que eu não tenho dor. Eu não suportaria ter dor”. (Revista Época, 18/08/2008).

Concordando, mais uma vez, com Soares (2009), podemos dizer que há no discurso o interdito, aquilo que fica no “entre”, uma “terceira margem” que extrapola qualquer enquadramento, que está no meio do silêncio e da palavra. Assim, cada texto pode se constituir como “uma experiência singular, e seu relato transmite tanto as provas e evidências de seu trajeto como os tropeços e surpresas encontrados pelo caminho” (SOARES, 2009, p. 65). Vale dizer que a presença dos indivíduos enquanto testemunhas é construída narrativamente no curso do relato jornalístico, o que não significa que o testemunho esteja confinado ao universo discursivo (RODRIGUES LAGE, 2013). “Pelo contrário, é a configuração narrativa do testemunho que nos permite experimentar o acontecimento e seus sujeitos” (ibid., p. 80-81).

Isso se evidencia de inúmeras maneiras nos exemplos aqui ilustrados. Em “A mulher que alimentava”, o texto é tessitura que se faz também com o vazio. Como neste trecho da mesma reportagem:

Então, a tempestade chegou. Na manhã de 19 julho, depois de uma noite de sonhos desconstruídos, Ailce anuncia que quer morrer. Não me parece que queira. O que está dizendo, pelo avesso, é que quer viver. Do jeito esperneante dela, pede ajuda. Uma hora mais tarde, a encontro na lanchonete do hospital, com os olhos boiando em lágrimas, as mãos tremendo, sentada com duas desconhecidas que lhe falam do “deus do impossível”. (Revista Época, 18/08/2008).

Nesse caso, é dada ao leitor a possibilidade de se imaginar participante da experiência narrada. “Sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho” (SELLIGMAN-SILVA, 2008, p. 72) e aqui já estamos entrando na nossa quinta e última pista para uma discussão em torno do estatuto do testemunho para o jornalismo.

## **Pista 5: a emoção do real**

Roland Barthes (1972) chamava de “efeito de real” a retórica da verossimilhança que, na literatura, mais precisamente no romance realista, é obtido por detalhes que tornam

a ambientação credível e melhor caracterizam os personagens. Trata-se de algo que deveria ser acionado “para mascarar os próprios processos de ficcionalização e assim garantir ao leitor-espectador uma imersão no mundo da representação que, entretanto, contivesse uma análise crítica do social e da realidade” (JAGUARIBE, 2007, p. 27). Ou seja, o “efeito do real” é uma estratégia para dar à ficção um caráter de verdade absoluta.

Dialogando com o “efeito de real”, de Barthes, e fazendo um contraponto com o mundo contemporâneo, tomado por uma cultura midiática cada vez mais acelerada e por tecnologias que multiplicam a realidade, Beatriz Jaguaribe vai elaborar a noção de “choque do real”, definido como sendo

a utilização de estéticas realistas visando suscitar um efeito de espanto catártico no leitor ou espectador. Busca provocar o incômodo e quer sensibilizar o leitor-espectador sem cair, necessariamente, em registros do grotesco, espetacular ou sensacionalista. O impacto do ‘choque’ decorre da representação de algo que não é necessariamente extraordinário, mas que é exacerbado e intensificado (2007, p. 100).

Isto é, na contemporaneidade, as grandes metrópoles viram território minado de ocorrências cotidianas onde imperam a violência, a criminalidade, a desigualdade social. O “choque do real” refere-se, portanto, a esses retratos fornecidos pelos meios de comunicação, instantâneos que realçam a precariedade, as contradições e a marginalização em um cenário urbano atual: a violação, o assassinato, o assalto ou mesmo o erotismo, narrados de modo a provocar uma “ressonância emotiva”. Esses seriam os novos códigos realistas que, por meio das narrativas, levariam o leitor-espectador a produzir significados.

Mas não se trata mais de mascarar os códigos narrativos utilizados para dar credibilidade ao mundo (“efeito de real”). Se antes o autor se posicionava como observador da realidade, “o novo autor ganha a tatuagem legitimadora da experiência” (JAGUARIBE, 2007, p. 109). Ou seja, quanto mais vivenciado o drama pelo autor, mais ele vai se parecer autêntico. Desse modo, “o choque do real” visa produzir intensidade uma vez que o apelo dos meios de comunicação tem sido “fazer com que a imagem ou a narrativa midiática seja mais prenhe de realismo do que a nossa realidade fragmentária e individual” (ibid., p. 30).

No entanto, essa dose excessiva de informação descontextualizada que abusa dos enredos e imagens catastróficas incomoda mas não provoca mudanças. O “choque do real” teria assim, segundo a autora, “a potência de uma epifania negativa” em formato de invenções estéticas que, ao tentar driblar a banalidade, acabam caindo no mesmo lugar-comum das narrativas que reproduzem estereótipos, não oferecendo “consolo metafísico, utopia histórica ou projeto alternativo de futuro” (JAGUARIBE, 2007, p. 105).

Sem discordar da leitura sobre o “choque do real” proposto por Beatriz Jaguaribe, gostaríamos de levantar a hipótese de que há no jornalismo narrativas que, mesmo usando estratégias similares, conseguiriam despertar algo como uma “emoção do real”, onde o trauma noticiado seja capaz de produzir a verdadeira epifania. O exercício proposto

aqui é de, em meio a uma realidade “exacerbada pelo sensacionalismo” e pela “propulsão pelo choque”, sugerir que há no jornalismo narrativas que usando estratégias similares conseguiriam despertar algo que salte dessa indiferença do “choque” para a “emoção”. Relevante para o nosso estudo é pensar que, se o testemunho espetaculariza, é também por intermédio dele que nos humanizamos. Mas de que maneira?

O limite é tênue. Voltemos à narrativa sobre Ailce, que vem pontuando a nossa reflexão. A personagem – que, como bem nota a narrativa, é uma mulher comum que nunca pensou que sua vida dava um romance nem mesmo uma reportagem – tinha agora o fim da sua vida testemunhado. Mas há algo na dor de Ailce que nos chega pelo testemunho de quem narra e que nos interpela mais do que pelo espetacular da tragédia. Algo que nos afeta pelo ordinário. Próximo ao final da narrativa, que é sobre a morte mas também sobre os dias em vida e a rede de relações humanas que se estabelece em torno da personagem, ficamos sabendo que

[...] os remédios fazem efeito e ela escorrega para um sono tranquilo. A médica Veruska Hatanaka esforça-se para que ela não sinta dor, mas consiga se despedir da família. É uma arquitetura química delicada. Luciane tem quarenta graus de febre e sente todas as dores da mãe. Marcos traz a mulher para se reconciliar com a sogra. Ailce tenta sorrir e pergunta pelo único neto, Ramon, de seis anos. Às vezes, acorda para pedir água e faz questão de segurar o copo. “A água está mais doce agora”, diz. Ailce já não tem fome. E isso não mais a machuca. Mas, ao abrir os olhos, tarde da noite, ela pergunta se eu comi. (Revista Época, 18/08/2008).

É certo que a guerra ainda é a notícia mais irresistível, como nos recorda Susan Sontag (2003). No entanto, como pretende Foucault (2003), na modernidade, faz-se necessário mais do que nunca um “afloramento do cotidiano no código do político” ou ainda que “o não essencial possa ser importante de alguma maneira”. Nesse sentido, trazendo a discussão para o jornalismo, a valorização das micronarrativas, que privilegiam o trivial e as pequenas histórias do dia-a-dia, é basilar.

É preciso viver, viver apenas, sobreviver muitas vezes. E disso também o jornalismo – que, mais do que prática e mais do que discurso, é gesto relacionado à comunicabilidade da experiência – precisa se ocupar, valorizando o testemunho em sua dimensão política, ética e estética. Se como nos diz Selligman-Silva (2009), a construção do testemunho tem justamente a função de “aproximar os cacos deste outro-eu-narrado”, parece razoável pensar que, nas narrativas de teor testemunhal do jornalismo – entendidas como essas que dão a ver um sensível da experiência para além da técnica –, o sujeito se desloca em direção a um outro.

## Considerações finais

No mundo contemporâneo, o valor do testemunho cresce em interesse e provoca pesquisas em diferentes campos do conhecimento. No escopo deste artigo, procuramos

propor algumas pistas que problematizassem a relevância dessa categoria para as narrativas midiáticas, em especial para o jornalismo. Ao fazer isso, sugerimos que o testemunho é, também ele, uma construção de linguagem e que, quando valorizado no percurso da narrativa não apenas como procedimento de uma rotina jornalística mas enquanto experiência vivida e narrativizada, pode oferecer uma chave para colocar sujeitos em relação.

Ao defender o potencial político do testemunho em sua tentativa de dizer o indizível, sugerimos alguns apontamentos para uma travessia que salte da indiferença do “choque do real” para a “emoção do real” nas narrativas midiáticas. Essas estratégias discursivas podem ser capazes de fazer emergir a novidade que salta da realidade banal e provocar algum impacto, afetar e despertar sentimentos de alteridade ou identificação com o outro.

Ana Cláudia Peres é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF).

anaclaudia.peres@gmail.com

## Referências

- AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BARTHES, R. O efeito de real. In: **Literatura e Semiologia**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 35-44.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 197-221. (Obras Escolhidas). V. 1.
- BRUM, E. A mulher que alimentava. **Revista Época**, Rio de Janeiro, agosto, 2008.
- \_\_\_\_\_. **O olho da rua** – uma repórter em busca da literatura da vida real. São Paulo: Globo, 2008.
- CASADEI *apud* RODRIGUES. O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas. In: **Revista Contracampo**, vol. 27, n. 2, p. 71-88. Niterói, 2013.
- DIDI-HUBERMAN, G. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa: KKYM, 2012.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, poder-saber: ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FRUS *apud* JAGUARIBE. **O choque do real**: estética, mídia e cultura. Rio de Janeiro, Rocco: 2007.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- \_\_\_\_\_. Por que um mundo todo nos detalhes do cotidiano? In: **Dossiê Walter Benjamin**. Revista USP, n. 15, p. 39-47, 1992. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/15/05-rouanet.pdf>>. Acessado em: 12 set. 2013.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação & Realidade**, vol. 22, n° 2, p. 15-46, jul/dez, Porto Alegre, 1997.

JAGUARIBE, B. **O choque do real**: estética, mídia e cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

RODRIGUES LAGE, L. O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas. In: **Revista Contracampo**, vol. 27, n. 2, p. 71-88. Niterói, 2013.

MATOS, O. **Discretas esperanças**: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

MEDINA, C. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

RESENDE, F. **O olhar às avessas**: a lógica do texto jornalístico. Tese apresentada ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação. São Paulo, 2002.

SANTIAGO, S. O narrador pós-moderno. In: SANTIAGO, S. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 38-52.

SELLIGMAN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: **Revista de Psicologia Clínica**, vol. 20, n. 1, Rio de Janeiro, p. 65-82, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>>. Acessado em: 27 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Grande Sertão: Veredas como gesto testemunhal e confessional. In: **Alea: Revista de Estudos Neolatinos**, vol. 11, n. 1, Rio de Janeiro, jan./jun., 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-106X2009000100011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2009000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em: 27 ago. 2013.

SOARES, R. **Margens da comunicação**: discurso e mídias. São Paulo: Annablume, 2009.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

*Artigo recebido em outubro de 2014  
e aprovado em outubro de 2015.*